

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.238.514 - SP
(2018/0014433-0)**

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : DANIEL APARECIDO INACIO
ADVOGADOS : PEDRO LUIZ BUENO DE ANDRADE - SP174084
CAIO HENRIQUE GODOY DA COSTA - SP385344
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO PRIVILEGIADO TENTADO. 1) VIOLAÇÃO AO ART. 217 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – CPP. INOCORRÊNCIA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. 2) VIOLAÇÃO AO ART. 564, III, K, DO CPP. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. 3) VIOLAÇÃO AO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL – CP. CULPABILIDADE. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. EXASPERAÇÃO IDÔNEA. 4) VIOLAÇÃO AO ART. 61, II, F, DO CP. ÓBICE DO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO, CONFORME SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ. 5) VIOLAÇÃO AO ART. 121, § 1º, DO CP. QUANTUM DE REDUÇÃO JUSTIFICADO. PREDISPOSIÇÃO DO ACUSADO. 6) AGRADO DESPROVIDO.

1. Conforme art. 217 do CPP, o acusado pode ser retirado da audiência em razão de sério constrangimento no depoimento do ofendido. No caso em tela, foi adotada a justificativa do constrangimento e não ficou demonstrado qualquer prejuízo do ofendido na adoção do procedimento.

2. Para o reconhecimento de nulidade nos termos do quesitos, deve-se haver demonstração do prejuízo, conforme art. 563 do CPP. Ademais, a alegação da referida nulidade deve ser feita em Plenário, sob pena de preclusão.

3. A desvalorização de circunstância judicial que acarreta exasperação da pena-base deve estar fundada em elementos concretos, não inerentes ao tipo penal.

3.1. *In casu*, o desvalor da culpabilidade foi justificado nos 15 golpes de faca efetuados contra diversas partes do corpo da vítima. Cabível rechaçar a ocorrência de *bis in idem* em relação ao montante de redução pela tentativa que está amparado no *iter criminis* percorrido.

3.2. O desvalor das consequências do delito foi justificado no fato da vítima ter ficado afastada de suas atividades habituais por mais de 30 dias.

4. A agravante do art. 61, II, f, do CP, foi aplicada porque o cometimento do delito decorreu da relação do acusado com a vítima, sua ex-esposa. Entender de modo diverso demandaria o reexame fático-probatório, providência vedada pelo enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

5. O quantum de redução da pena no mínimo legal em razão da aplicação do art. 121, § 1º, do CP, ficou justificado de forma idônea na predisposição do acusado que trazia consigo uma faca utilizada no cometimento do delito.

6. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Felix Fischer, Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Ribeiro Dantas votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator